



169

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público

Reexame Necessário nº 0253616-9 (N.P.U. 0033209-31.2008.8.17.0001)

Autor: EMLURB – Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana e outro

Réu: Ylo José Alves de Souza

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL CIVIL. REMESSA *EX OFFICIO*. NÃO CONHECIMENTO. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA REJEITADA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. RESPONSABILIDADE CIVIL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA POR NEGLIGÊNCIA DE SEUS ADMINISTRADORES. REDUÇÃO DO *QUANTUM*. DANO MATERIAL NÃO COMPROVADO. REEXAME NECESSÁRIO DA RECIPREV PROVIDO PARCIALMENTE. DECISÃO UNÂNIME. 1. O reexame necessário ou obrigatório constitui-se em instrumento benéfico à Fazenda Pública, por condicionar a eficácia da sentença à sua reapreciação pelo Tribunal ao qual está vinculado o Juiz que a proferiu, de modo que enquanto não for procedida à revisão do *decisum*, não há trânsito em julgado e nem plena eficácia dele. 2. Tratando-se a EMLURB de empresa pública, pessoa jurídica de direito privado, não pode ser beneficiária do privilégio estabelecido no art. 475 do CPC, aliás já consideravelmente mitigado pela introdução dos §§ 2.º e 3.º. 3. A legitimidade das rés desponta cristalina dos autos. 4. Se a EMLURB, por seus agentes, foi a responsável pelos óbices impostos ao sepultamento da falecida irmã do autor, foi a RECIPREV que deixou de repassar àquela os valores descontados dos proventos deste e sequer deu notícia da quitação relativa à venda do jazigo. 5. As rés, em nenhum momento, impugnaram a versão do autor, seja quanto ao fato de haver sido impedido de sepultar o corpo de sua irmã no jazigo adquirido no cemitério Parque das Flores, seja quanto ao fato de haver sido quitada a dívida contraída com a aquisição dele. 6. O autor não demonstrou haver decorrido dano material do episódio, de modo que remanesce irretocável a decisão quanto ao indeferimento do pedido de indenização por danos materiais. 7. A questão central da presente ação diz respeito à responsabilidade civil da administração pública por negligência de seus administradores, que, no momento da inobservância de um dever de cuidado, causa dano a outrem. 8. No caso vertente,



170
84

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

verifica-se que houve o dano (a impossibilidade de sepultamento de sua irmã), o nexo causal entre a conduta/omissão da administração (ausência de informações sobre o efetivo pagamento do jazigo) e o dano moral ocorrido com o autor. 9. Considerando os fatos e as provas trazidas aos autos, fixo o valor da condenação por danos morais em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), uma vez que a indenização aqui pleiteada abrange três causas: compensação dos prejuízos sofridos e dano derivado de uma conduta; evitar a impunibilidade desse prejuízo a quem, por direito, o causou; e a punição contra futuras perdas e danos. Tal indenização tem o caráter punitivo, educativo e repressivo. 10. O valor deferido a título de dano moral (R\$ 20.000,00 – vinte mil reais), deverá ser atualizado monetariamente a partir da sentença, nos termos da Súmula 362 do STJ: “a correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento”. 11. Os juros de mora devem ser contados da data da contestação, 05/07/05. 12. Reexame Necessário da RECIPREV parcialmente provido. 13. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Cível nº 0253616-9, em que são partes as acima indicadas, acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos pelo não conhecimento da remessa *ex officio*, quanto à EMPRESA DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA URBANA – EMLURB; pela rejeição da preliminar de ilegitimidade passiva das rés e, no mérito, dar parcial provimento ao reexame necessário da RECIPREV, nos termos do voto do Relator, estando tudo de acordo com as notas Taquigráficas, votos e demais peças que passam a integrar este julgado.

Recife, 24/07/13.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Relator



163

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público

Reexame Necessário nº 0253616-9 (N.P.U. 0033209-31.2008.8.17.0001)

Autor: EMLURB – Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana e outro

Réu: Ylo José Alves de Souza

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

RELATÓRIO

Cuida-se de Reexame Necessário, em face de decisão de primeiro grau que julgou procedente em parte o pedido do autor Ylo José Alves de Souza, nos seguintes termos:

“(…) reconheço que o Autor, por culpa da Ré e da Litisconsorte Passiva indicada, foram impostos os danos morais descritos na exordial, razão porque condeno as demandadas no pagamento, ao Requerente, de indenização cujo montante fixo em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Com fulcro nas razões acima, julgo improcedente o pedido quanto aos danos materiais perseguidos”.

Condenou, ainda, à parte demandada ao pagamento dos honorários advocatícios na razão de 10% (dez por cento) do valor da condenação.

Os embargos de declaração interpostos pela parte autora foram julgados improcedentes (fls. 121/122).

Conforme certidão às fls. 143 dos autos, decorreu o prazo para apresentação do recurso.

O *Parquet* Estadual deixou de emitir parecer por considerar que o caso dos autos não há interesse público a ser amparado (fls. 157/158).

É o relatório. À revisão.

Recife, 28 de agosto de 2013.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público

Reexame Necessário nº 0253616-9 (N.P.U. 0033209-31.2008.8.17.0001)

Autor: EMLURB – Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana e outro

Réu: Ylo José Alves de Souza

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

PRELIMINAR:

Do não conhecimento preliminar da remessa *ex officio* por incidência do inciso I do art. 475 do CPC, quanto à EMLURB

O reexame necessário ou obrigatório constitui-se em instrumento benéfico à Fazenda Pública, por condicionar a eficácia da sentença à sua reapreciação pelo Tribunal ao qual está vinculado o Juiz que a proferiu, de modo que enquanto não for procedida à revisão do *decisum*, não há trânsito em julgado e nem plena eficácia dele.

Tal instituto, entretanto, não se aplica ao caso dos autos, no que concerne à EMLURB, nos exatos termos do art. 475 do Código de Processo Civil, *verbis*:

"Art. 475. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença:

I - proferida contra a União, o Estado, o Distrito Federal, o Município, e as respectivas autarquias e fundações de direito público;

II - que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução de dívida ativa da Fazenda Pública (art. 585, VI).

§ 1º Nos casos previstos neste artigo, o juiz ordenará a remessa dos autos ao tribunal, haja ou não apelação; não o fazendo, deverá o presidente do tribunal avocá-los.

§ 2º Não se aplica o disposto neste artigo sempre que a condenação, ou o direito controvertido, for de valor certo não excedente a 60 (sessenta) salários mínimos, bem como no caso de procedência dos embargos do devedor na execução de dívida ativa do mesmo valor.

§ 3º Também não se aplica o disposto neste artigo quando a sentença estiver fundada em jurisprudência do plenário do Supremo Tribunal Federal ou em súmula deste Tribunal ou do tribunal superior competente." (grifo inexistente na origem).

ESD



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

A inteligência da norma processual acima impõe ao julgador, seja qual for a instância, o dever de não conhecer da remessa necessária quando evidenciado o não preenchimento dos requisitos nela indicados, independentemente da natureza das questões concentradas no objeto da demanda.

Tratando-se a EMLURB de empresa pública, pessoa jurídica de direito privado, não pode ser beneficiária do privilégio estabelecido no art. 475 do CPC, aliás já consideravelmente mitigado pela introdução dos §§ 2.º e 3.º.

Destarte, frente às considerações expostas, preliminarmente, Voto pelo não conhecimento da remessa *ex officio*, quanto à EMPRESA DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA URBANA – EMLURB.

Recife, 24/07/13.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

123
[assinatura]

1ª Câmara de Direito Público

Reexame Necessário nº 0253616-9 (N.P.U. 0033209-31.2008.8.17.0001)

Autor: EMLURB – Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana e outro

Réu: Ylo José Alves de Souza

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Da ilegitimidade passiva arguida pelas rés em contestação

Como bem enfatizou o juízo sentenciante, a legitimidade das rés desponta cristalina dos autos.

Se a EMLURB, por seus agentes, foi a responsável pelos óbices impostos ao sepultamento da falecida irmã do autor, foi a RECIPREV que deixou de repassar àquela os valores descontados dos proventos deste e sequer deu notícia da quitação relativa à venda do jazigo.

Voto pela rejeição das arguições.

Recife, 24/07/17.

Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

174
R

1ª Câmara de Direito Público

Reexame Necessário nº 0253616-9 (N.P.U. 0033209-31.2008.8.17.0001)

Autor: EMLURB – Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana e outro

Réu: Ylo José Alves de Souza

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

VOTO MÉRITO

Quanto ao mérito propriamente, as rés, em nenhum momento, impugnaram a versão do autor, seja quanto ao fato de haver sido impedido de sepultar o corpo de sua irmã no jazigo adquirido no cemitério Parque das Flores, seja quanto ao fato de haver sido quitada a dívida contraída com a aquisição dele.

O autor não demonstrou haver decorrido dano material do episódio, de modo que remanesce irretocável a decisão quanto ao indeferimento do pedido de indenização por danos materiais.

O mesmo não se pode dizer, entretanto, quanto aos danos morais sofridos pelo autor.

De fato, a questão central da presente ação diz respeito à responsabilidade civil da administração pública por negligência de seus administradores, que, no momento da inobservância de um dever de cuidado, causa dano a outrem.

Os principais argumentos em favor dessa regra advêm da doutrina. A responsabilidade civil exsurge, de regra, da violação de um dever jurídico, que se constitui em fator gerador da obrigação de reparar o dano causado. Os elementos da responsabilidade objetiva da administração pública são: a conduta ilícita (porque não amparada pela norma como legítima) ou a omissão do dever fazer, o dano e o nexo causal.

No caso vertente, verifica-se que houve o dano (a impossibilidade de sepultamento de sua irmã), o nexo causal entre a conduta/omissão da administração (ausência de informações sobre o efetivo pagamento do jazigo) e o dano moral ocorrido com o autor.

Gize-se, por oportuno, que de fato houve, *“atentado à honra e à integridade psíquica do autor e, sobretudo, uma ofensa à memória de sua irmã, cujos restos mortais foram submetidos às mais diversas especulações por parte daqueles que se encontravam presentes no seu velório”*, como ressaltado pelo juízo *“a quo”*.

Erik



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

O artigo 944 do Código Civil prevê em seu caput: “A indenização mede-se pela extensão do dano”.

No Brasil adota-se o sistema aberto para a reparação de danos morais, atribuindo-se ao juiz a competência para a fixação do valor correspondente à reparação da lesão, por arbitramento.

Para tanto, deve estar atento o magistrado para a “finalidade que se tem em vista satisfazer mediante a indenização”, conforme lição de Miguel Reale: “*Considera-se dano moral a dor subjetiva, dor interior que fugindo à normalidade do dia-a-dia do homem médio venha a lhe causar ruptura em seu equilíbrio emocional interferindo intensamente em seu bem estar*”.

De modo que, considerando os fatos e as provas trazidas aos autos, fixo o valor da condenação por danos morais em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), uma vez que a indenização aqui pleiteada abrange três causas: compensação dos prejuízos sofridos e dano derivado de uma conduta; evitar a impunibilidade desse prejuízo a quem, por direito, o causou; e a punição contra futuras perdas e danos. Tal indenização tem o caráter punitivo, educativo e repressivo.

A indenização por dano moral, além disso, deve ter função compensatória, o que implica dever sua estipulação limitar-se a padrões razoáveis, a exigir bom senso e equilíbrio do julgador.

Ressalte-se que o Superior Tribunal de Justiça, manifestando-se nesse mesmo sentido, proferiu as seguintes decisões, consubstanciadas nas ementas abaixo transcritas:

“ADMINISTRATIVO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. VIOLAÇÃO DE JAZIGO. EXUMAÇÃO E DESAPARECIMENTO DE RESTOS MORTAIS. CONCLUSÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM PELA CONFIGURAÇÃO DO DANO MORAL E MATERIAL. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. Cuidam os autos de Ação Indenizatória por danos morais e materiais movida pela agravada contra o Município de Divinópolis em virtude da exumação dos restos mortais de seu marido de jazigo adquirido da municipalidade por meio de “Contrato de Cessão de Direito de Uso Perpétuo de Jazigo” e “Título de Perpétuidade” devidamente quitado. 2. Neste contexto, a sentença fixou o quantum devido a título de danos morais no valor de R\$ 9.300, 00 (nove mil e trezentos reais) e condenou o referido município a pagar Cz\$43.614, 56, em virtude de indenização por danos materiais, atualizados com juros de 1% ao mês e correção monetária conforme os índices oficiais desde a data do evento danoso (19/04/2000), de acordo com as

ERIK



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Súmulas 43 e 54 do STJ. 3. O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais manteve o valor arbitrado a título de danos materiais e majorou a quantia fixada pelos danos morais para R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). 4. A Corte a quo consignou, com base nas provas testemunhais e nos documentos constantes nos autos: "A prova produzida nos autos evidencia o nexo causal entre a conduta praticada pelos agentes públicos, funcionários do cemitério municipal, qual seja, a expropriação do jazigo no qual estava enterrado o marido da autora e posterior comercialização indevida para outro interessado e os indubitáveis danos sofridos pelos familiares, que viram extraviados os restos mortais do ente querido" (fl. 283, e-STJ). 5. O Superior Tribunal de Justiça consolidou entendimento no sentido de que a revisão do valor da indenização somente é possível quando exorbitante ou insignificante a importância arbitrada, evidenciando-se flagrante violação aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não se configurou no caso dos autos. 6. Agravo Regimental não provido". (AgRg no REsp 1342731/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/05/2013, DJe 24/05/2013).

"CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ORDINÁRIA DE INDENIZAÇÃO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. VEÍCULO AUTOMOTOR. ATROPELAMENTO DE CICLISTA. EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. INTELIGÊNCIA DO ART. 37, § 6º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL/88. DANOS MATERIAIS E MORAIS CONFIGURADOS. IMPOSSIBILIDADE. RECEBIMENTO DA VERBA NÃO COMPROVADO. DANOS MORAIS. VINTE MIL REAIS. REDUÇÃO. VALOR FIXADO COM RAZOABILIDADE. LUCROS CESSANTES. PERÍODO DE CONVALESCENÇA. INTELIGÊNCIA DO ART. 402 DO CC/2002. IMPROVIMENTO DO APELO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Em se tratando de pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviços públicos, tem-se que sua responsabilidade pelos danos causados a terceiros é objetiva, porquanto fundada na teoria do risco administrativo previsto no art. 37, § 6º, da CF/88. Citada teoria até admite que a pessoa jurídica de direito privado, na condição de representante do poder público, possa mitigar e, inclusive, afastar o dever indenizatório mediante a prova de que houve concorrência ou culpa exclusiva da vítima, como também a ocorrência de

GNK



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

177
of

caso fortuito ou força maior, rompendo o nexo causal necessário ao reconhecimento do dever indenizatório. Situação que, todavia, não restou evidenciada na demanda. 2. Em que pese ser pacífico na nossa jurisprudência que tal verba deva ser considerada como integrante de indenizações decorrentes de ações ilícitas que causem danos, conforme orientação sedimentada na súmula nº 246 do STJ ("o valor do seguro obrigatório deve ser deduzido da indenização judicialmente fixada"), referida dedução (referente ao seguro obrigatório - DPVAT), apresenta-se inviável quando não resta demonstrado o recebimento daquela verba pelo beneficiário. 3. Não é razoável o pleito de redução do valor dos danos morais (R\$ 20.000,00 - vinte mil reais), quando ajustado pelo magistrado de piso em atenção ao princípio da razoabilidade, notadamente porque as indenizações por danos morais não podem ser ínfimas a ponto de não produzirem efeito inibitório, como também não podem ser fixadas em valores exorbitantes de forma a ensejar o enriquecimento da vítima. 4. Resta patente a ocorrência de lucros cessantes no período em que a vítima deixa de exercer sua atividade econômica, consoante o teor do art. 402 do CC/2002". (TJ-PE - APL: 400011576 PE 128170-7, Relator: Fernando Ferreira, Data de Julgamento: 27/07/2011, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: 166) .

"APELAÇÃO. CONTRATO DE SEGURO DE AUTOMÓVEL. INDENIZATÓRIA. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA. NÃO ACOLHIDA. CORRETORA FIGURANDO COMO PREPOSTO DA SEGURADORA. DANOS MATERIAIS PAGOS A MENOR. NECESSIDADE DE COMPLÇÃO CONFORME TABELA FIPE VIGENTE NA DATA DA INDENIZAÇÃO. PREVISÃO CONTRATUAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. CONFIGURADA. INDENIZAÇÃO QUANTO AOS DANOS MORAIS. NEGLIGÊNCIA. MANUTENÇÃO DO QUANTUM. VALOR EM CONFORMIDADE COM OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. UNANIMIDADE. - Legitimidade passiva da Seguradora, ante a relação contratual envolvendo segurado/seguradora. No presente caso, a Corretora de Seguros atuou como preposto da Seguradora, existindo eventual prejuízo entre elas resolver-se-á por direito de regresso. - A indenização por danos materiais deve acompanhar a tabela FIPE vigente na data da indenização, consoante previsão contratual. Desta forma, deverá haver complementação do valor pago pela Apelante em favor do Apelado. -

DALE



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Restaram configurados os requisitos da responsabilidade civil contratual, cabendo a seguradora ressarcir os danos materiais e morais sofridos pelo Apelado. A alegada autonomia entre os Corretores e as Seguradoras, não exime estas da responsabilidade pelos prejuízos que aqueles causarem a terceiros. - Quanto aos danos morais, restou demonstrado o nexo de causalidade entre a lesão moral e a inscrição da dívida, em razão de negligência do Apelante, que maculou a imagem e o nome daquele a quem se imputou o débito. - O quantum indenizatório designado na sentença obedeceu aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, observadas também as circunstâncias do caso e as posses dos litigantes. Assim, manteve-se a condenação no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) a título de danos morais. - Apelação não provida. À unanimidade". (TJ-PE - APL: 299306620108170001 PE 0029930-66.2010.8.17.0001, Relator: Itabira de Brito Filho, Data de Julgamento: 31/08/2011, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: 165).

"RECURSO DE AGRAVO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. MAL ESTAR CAUSADO PELA INGESTÃO DE ALIMENTO ESTRAGADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. COMPROVAÇÃO PERICIAL DA EXISTÊNCIA DE RESÍDUOS DE CASULO. REDUÇÃO DO VALOR A TÍTULO DE INDENIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. 1. No caso, a agravada sentiu mal estar após o consumo de biscoito estragado produzido pela agravante. Foram feitas duas perícias do biscoito e em ambas ficou constatada a presença de resíduos de casulo; 2. A ingestão desse alimento provocou na agravada vômitos e diarreia, conforme comprovado por laudo médico. É evidente, portanto, a existência de conduta danosa da agravante, o prejuízo para a agravada e o nexo causal entre eles. Deve ser mantida, então, a condenação em danos morais. 3. Acerca da quantificação da indenização, é adequado o importe arbitrado em R\$ 10.000,00, não implicando a condenação neste patamar em enriquecimento sem causa da agravada, razão pela qual entendo deve ser mantido, tendo, inclusive, o caso sido objeto de divulgação em jornal de grande circulação. 4. Negado provimento ao recurso de agravo". (TJ-PE - AGR: 1936203 PE 0007203-82.2011.8.17.0000, Relator: Francisco Eduardo Gonçalves Sertorio Canto, Data de Julgamento: 16/06/2011, 3ª Câmara Cível, Data de Publicação: 117).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Pelas considerações acima expostas, **VOTO NO SENTIDO DE DAR PARCIAL PROVIMENTO AO REEXAME NECESSÁRIO DA RECIPREV**, a fim de reduzir o valor dos danos morais para que o mesmo seja fixado em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), confirmando a sentença "*a quo*" nos demais termos.

Deixo claro, ainda, que o valor deferido a título de dano moral (R\$ 20.000,00), deverá ser atualizado monetariamente a partir da sentença, nos termos da Súmula 362 do STJ: "*a correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento*".

Do mesmo modo, entendo que os juros de mora devem ser contados da data do evento danoso, conforme previsto na Súmula nº 54 do STJ, *verbis*: "*Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual*".

É como voto.

Recife, 24/09/17.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR

Primeira Câmara de Direito Público
Reexame Necessário n.º 0253616-9
Juízo de Origem: 8ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Recife
Juiz de Direito: Dr. Paulo Onofre de Araújo
Recorrentes: EMLURB - EMPRESA DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA URBANA E OUTROS
Procurador: Dr. Augusto Carpeggiani Buarque Pereira
Recorridos: YLO JOSÉ ALVES DE SOUZA E OUTROS
Advogado: Dr. Ylo José Alves de Souza
MPPE: Dr. Francisco Sales de Albuquerque
Relator: Des. Erick de Sousa Dantas Simões
Revisor: Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos

VOTO DE REVISÃO

Trata-se de reexame necessário contra os termos da sentença constante às fls. 109/114 que julgou parcialmente procedente a ação de indenização por danos morais e materiais, condenando a EMLURB e o RECIPREV ao pagamento da indenização por danos morais no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

A referida indenização tem como intuito reparar a situação vexatória na qual Ylo José Alves de Souza foi exposto ao ser impedido de sepultar a sua irmã no jazigo da família por haver uma suposta irregularidade oriunda da inadimplência dos pagamentos referentes ao pacote funerário. Também foram condenados ao pagamento dos honorários advocatícios no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa.

Os embargos de declaração às fls 121/122 foram julgados improcedentes, mantendo assim incólume os termos da sentença. Houve decurso de prazo sem interposição de recurso, conforme certidão à fl. 143.

Por não vislumbrar interesse público em litígio, o Ministério Público refutou intervenção através da cota de vista às fls. 15/158.

Tomando por empréstimo os argumentos apresentados pelo Eminentíssimo Relator, em sede de preliminar, voto nos seguintes termos:

1ª Preliminar – Da remessa ex officio por incidência do inciso I do Art. 475 do CPC quanto à EMLURB;

() ACOLHE; () REJEITA; (X) **NÃO CONHECE.**

2ª Preliminar – Ilegitimidade passiva arguida pelas rés em contestação.

() ACOLHE; (X) **REJEITA**; () NÃO CONHECE.

No **Mérito**:

() Não provimento do Reexame Necessário.

() Não provimento do reexame necessário, prejudicado o recurso voluntário.

(X) **Provimento do Reexame Necessário para reduir o *quantum* indenizatório a título de danos morais para o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), resguardada a devida atualização conforme teor das súmulas 54 e 362 do STJ.**

() Provimento Parcial do Reexame Necessário.

() Provimento da Apelação.

() Provimento Parcial da Apelação.

() Não Provimento da Apelação.

É como voto.

Recife, 24/09/2013



Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos
Revisor